

**NOS GRILHÕES DAS PALAVRAS, O LIBERTO.**  
**Discursos sobre o liberto e estratégias de sua inserção econômica e social em Feira de Santana, no Pós-abolição.**  
**1888-1910**

Alexandra Vieira de Carvalho Santana<sup>1</sup>  
Valdemir Donizette Zamparoni<sup>2</sup>

**Resumo:** *Esta investigação se baseia nos discursos sobre o liberto em Feira de Santana no período republicano. A trajetória histórica de Feira de Santana imediatamente após a abolição teve características específicas, o que é ilustrado pelo fato de o decreto expedido pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888 só ter lá chegado no mês de Julho do mesmo ano. Entre os nossos objetivos está entender se as práticas escravistas permaneceram na região durante estes meses; se houve uma participação direta da elite em omitir esta importante informação nos jornais locais; e como o discurso de um dado grupo social é capaz de ocultar a verdade em favor de seus próprios interesses.*

**Palavras chaves:** Feira de Santana; Liberto; Discursos; Pós-abolição

## INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O debate que começamos a apresentar aos leitores se constrói na região de Feira de Santana, caracterizada hoje como entroncamento rodoviário e cidade comercial. Tais denominações têm significados historicamente construídos, pois os caminhos de gado do sul para o nordeste foram formados nos séculos XVII e XVIII, quando ocorreu o seu povoamento.

Para compreender o período pós-abolição em Feira de Santana exploramos centralmente as fontes jornalísticas, que serão complementadas por fontes judiciais, as cartas de alforrias e os livros de atas em que constam notas de escrituras no período entre 1881 à 1888 e informa sobre escrituras de arrendamento de terra, bem como as atas das eleições de representantes de Assembléia Legislativa, provincial para senador e vereadores. Através dessa última fonte, será possível verificar os nomes de alguns homens pertencentes à elite local destacados porventura nos jornais da época. Utilizamos os jornais *Folha do Norte*, *Feira Hoje* e *Gazeta da Bahia*, com o propósito de analisarmos os discursos sobre o liberto, o que não nos impede de recorrermos à outras fontes porventura disponíveis.

O nosso interesse pelo tema advém da necessidade de compreender o liberto no cotidiano feirense sob a ótica da elite local. Sendo de libertos a maioria predominante da população do Período Republicano, estes não usufruíram com igualdade dos benefícios sociais e econômicos da região, provavelmente porque o estigma da escravidão no Período Imperial ainda estivesse muito presente no advento da República do interior da Bahia.

Muitos trabalhos foram feitos sobre os primeiros anos que se sucederam à abolição no Brasil, principalmente no que se refere ao sudeste e a Salvador, mas poucas análises se referiram

---

<sup>1</sup> Bolsista da FAPESB, mestranda da Universidade Federal da Bahia no Centro de Estudos Africanos e Orientais UFBA/CEAO e graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS. [xandacarvalho@yahoo.com.br](mailto:xandacarvalho@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Orientador – professor do Centro de Estudos Africanos e Orientais – CEAO/UFBA. [zampa@ufba.br](mailto:zampa@ufba.br).

à região sertaneja de Feira de Santana, a qual merece atenção peculiar, já que os fatores político-econômicos e culturais nem sempre podem ser generalizados. Apesar da existência de vários pontos comuns entre as regiões, há particularidades na História em todos os aspectos sociais que devem ser abordados. Este é o caso de Feira de Santana, mas pouco foi pesquisado acerca do liberto na realidade vigente em 1888-1910 nesta cidade. Sabemos que muitos libertos trabalhavam na agricultura, nas atividades domésticas das fazendas, no plantio e colheita do algodão ou mesmo na criação de gado. Após a abolição, eles provavelmente continuaram tendo a mesma prática, sem nenhuma especialização ou conhecimento (mesmo que primário) do trabalho fabril, o qual estava sendo instituído em 1910 em Feira de Santana, quando as indústrias estavam se infiltrando paulatinamente no Sertão baiano, seguindo as estradas de ferro que também foram formadas neste mesmo período.

O período de 1888 a 1910 foi escolhido por tratar-se do tempo das grandes transformações ocorridas não só nesta cidade, como também em todo o País. Em 1888 é decretada a *Lei Áurea* em território nacional. O limite de 1910 prende-se ao fato de no mesmo ano terem surgido as primeiras estradas que dão acesso à Feira de Santana. A partir dessa data, se amplia a abertura dos caminhos para o surgimento de indústrias, possibilitando um fácil acesso para a passagem de gado, além de maior movimento comercial. Neste aspecto, entendemos que parte dos libertos aproveitou essa transformação econômica e social para comercializar pequenos produtos como farinha, feijão, mandioca e outros produtos típicos da região.

A pesquisa aqui proposta contribuirá para amenizar a escassez de estudos relacionados ao liberto em Feira de Santana. É relevante procurar entender o impacto deste homem recém-liberto numa sociedade em que ainda não o percebe como cidadão. Estes libertos passaram a possuir o estigma de ex-escravo, que muito serviu no trabalho pesado e que agora se transformava (pela ótica elitista) no vagabundo sem emprego, situação da qual o culpado era ele mesmo e não os seus ex-senhores. Estes nada fizeram para mudar o percurso do País e da cidade, através da elaboração de projetos sociais que preparassem a condição dos negros para uma nova realidade, que lhes aguardava fora das senzalas.

## **METODOLOGIA / RESULTADOS / DISCUSSÃO**

A cidade de Feira de Santana possui várias características, dentre elas a de ser entroncamento rodoviário. Mas, antes disto, ela serviu de passagem para os vaqueiros da região Sul do país ao Nordeste e Norte.

De acordo com o estudo de Erivaldo Fagundes Neves, intitulado *Uma comunidade sertaneja: Das sesmarias ao minifúndio*, a pecuária se desenvolveu no período colonial brasileiro como atividade econômica secundária e acessória, atrelada normalmente a outras que eram consideradas de maior importância. A criação de gado se expande através da agricultura, utilizando os rebanhos tanto para o abastecimento alimentar dos engenhos, quanto como força motriz na fabricação de açúcar.

Uma das facilidades para iniciar a produção pecuária se dá pelo seu baixo custo de implementação em relação à agricultura. Isso possibilitou que muitos pudessem desempenhar esta atividade adentrando no Sertão brasileiro. Este termo, na perspectiva de Celeste Pacheco, é empregado na Bahia para se referir à extensa área pastoril que abarca quase todo o Estado. Tal região foi ocupada inicialmente pelos bandeirantes que enfrentaram dificuldades e declararam guerras contra índios e negros fugidos, e pelos colonos que negociavam com a coroa a posse da terra. Ao investigar a formação da cidade de Feira de Santana, a autora situa o município entre a fronteira dos tabuleiros do semi-árido do nordeste e o Recôncavo.

Para Monsenhor Galvão, a questão geográfica é muito importante na formação de Feira de Santana, pois os rios Jacuípe, Pojuca e Subaé contribuíram para a fixação do homem numa região próxima aos rios ( GALVÃO, 1982, p. 25).

Rollie E. Poppino, em seu livro *Feira de Santana (1860-1950)*, faz uma análise geral sobre a cidade, buscando entender o seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural. Ao fazer referência à população feirense, Poppino é levado a trabalhar a questão racial, em que percebia a notável diferença nas relações sociais pacíficas entre brasileiros e escravos, e a relação dos colonizadores europeus com seus escravos, afirmando que: “ os negros se incluem na ordem social e econômica inferior e que brancos predominam na classe superior. Mulatos encontram-se em todos os comandos econômicos e sociais do município” (POPPINO, 1968, p.16).

Este autor também nos apresenta a criação de gado muito realizada em Feira de Santana como sendo a principal atividade responsável pelo crescimento econômico da cidade. A venda deste produto era bem frequente nas feiras. Contudo, o autor não discute a presença do escravo na pecuária, concentrando-se apenas na perspectiva do homem branco e de seu lucro.

Ao contrário de Poppino, Zélia Jesus de Lima, em tese de mestrado com o título *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira*, observa as questões sociais e econômicas para posteriormente situar a questão principal do seu trabalho: a tentativa de compreender as razões que levaram Lucas Evangelista dos Santos a abandonar o convívio de seu senhor e a fazer parte de um bando. A mão-de-obra escrava também é discutida por Zélia, tendo em vista a fazenda Saco do Limão. Para a autora, “a escravidão não é uma fase da história do Brasil, mas a própria história do Brasil.” (LIMA, 1989, p. 86.)

Os estudiosos que serão brevemente mencionados a seguir, muito contribuíram para a pesquisa sobre o escravo e o liberto no Brasil, por isso, tornando-se fundamental ao menos citar alguns dos seus trabalhos já realizados. Este é o caso, por exemplo, de Hebe Maria Mattos, que estuda o cotidiano do negro numa sociedade de relações sociais escravistas. A autora, ao concluir o seu livro *Das Cores do Silêncio*, estimula o leitor à investigação de temas voltados à etnicidade. Ela entende que com o pós-abolição substitui-se a idéia de escravidão por um estigma racial para manter os negros ‘libertos’ ao invés de ‘livres’. Para tanto, a autora sugere a análise de inquéritos judiciais com o propósito de investigar questões étnicas e raciais. Neles constam eventualmente denúncias dos libertos às autoridades, por terem sido ofendidos com termos pejorativos ou pelo uso ofensivo da palavra ‘preto’.

João José Reis dá uma grande contribuição para a historiografia brasileira ao tratar o cativo como alguém que possui sentimentos e conceitos próprios sobre a liberdade, e que todo o momento luta e resiste contra o seu aprisionamento. Seguindo seu exemplo, este trabalho procurará explorar as concepções que os negros recém-libertos tinham sobre si mesmos no período da escravidão e a sua perspectiva frente à liberdade tão desejada. Procuraremos perceber o negro recém-liberto enquanto sujeito transformador da sua história, defendendo a sua identidade e liberdade e lutando para alcançá-la.

Na mesma perspectiva de Hebe Maria Mattos, que trabalha o *significado da liberdade*, Sidney Chalhoub busca entender as ações dos escravos que de várias formas possibilitaram as *visões da liberdade*, seja por agressões aos seus senhores - anteriormente planejadas - como fez o escravo Bonifácio; por negociações na tentativa de adquirir roupas alimentação e dormida; ou mesmo pela fuga determinada rumo aos quilombos. Estes aspectos são bem identificados pelo autor através do uso das fontes criminais e cartas de alforria.

Todos estes estudos muito contribuíram para a nossa compreensão sobre a situação do escravo. No entanto, poucos se dedicam a investigar a passagem da mão de obra escrava para a *livre*, as vivências cotidianas ou mesmo a inserção deste homem negro, recém-liberto, no meio social, em especial em Feira de Santana, enfoque deste trabalho.

Conforme foi apontado anteriormente, o objeto de estudo deste projeto são os discursos nos jornais sobre o liberto. No sentido de nos instrumentalizarmos para trabalhar com as práticas discursivas presentes nos jornais e os poderes que as permeiam, faremos referência a algumas idéias de Umberto Eco, em seu livro *Estrutura Ausente: Introdução à pesquisa semiológica*. Eco analisa o envolvimento entre a retórica e a ideologia. Para o autor, elas se influenciam mutuamente; ou seja, sendo a ideologia a concepção de mundo daquele que emite a mensagem e do grupo a que este pertence, e a retórica a codificação dessas idéias, é possível identificar a forma de pensar de um jornal através das expressões que este utiliza. Como bem exemplifica o autor:

*No caso da frase “os operários devem permanecer em seus postos” é verdade que, em teoria, posso lê-la segundo dois léxicos distintos; mas ser-me-á de fato bastante difícil encontrá-la nas páginas de um jornal revolucionário (no sentido revolucionário) e mais fácil vê-la impregnada num jornal conservador (no sentido conservador): Isso porque determinado modo de empregar a linguagem identificou-se com determinado modo de pensar a realidade.” (ECO, 2005, p.85)*

É sabido que, em todo jornal, a equipe editorial seleciona o que deve ou não ser lido pela sociedade, tornando esta informação parte do seu imaginário. No caso dos jornais *Folha do Norte e Feira Hoje*, observaremos o elo entre ideologia e retórica por eles expressos, com o propósito de caracterizar o perfil de cada um, especificamente quanto a realidade do liberto feirense. Entre outras questões estaremos atentos à maneira de expor projetos de reeducação da sociedade e aos moldes de comportamento europeus modernizantes.

O significado de poder, utilizado por nós neste trabalho, terá como base o conceito de Michel Foucault, que nega o Estado como exclusiva forma de poder, observando em outras instituições sociais (família, hospitais, prisões...) mecanismos de poder que norteiam uma dada realidade social. Na formulação do autor,

*Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder. (FOUCAULT, 1979, P. 12)*

Wlamyra Albuquerque aborda a tentativa da elite baiana de modernizar Salvador a partir da forma de conduta européia, em sua dissertação de mestrado *O civismo festivo da Bahia*. Albuquerque enfoca em particular as comemorações da Independência, entre 1889 e 1923. A autora cita a tese das elites locais exposta nos jornais da época, de que “ (...) a Bahia continua ‘velha’ e ‘arcaica’, como se ainda permanecesse no regime passado, adiando o seu ingresso na ‘era da civilização’.” (ALBUQUERQUE, 1997, p. 11 )

Embora as elites locais criassem projetos políticos que objetivassem a modernidade de Salvador na nova ordem republicana - como os projetos higienistas, a campanha pela imigração européia, além do papel do IGHBA e da Liga de Educação Cívica de supervisionar as festas populares – nenhum desses foi eficaz o suficiente para remover estruturas imperiais e modernizar a Bahia republicana. Estes projetos fracassaram na tentativa de incutir na população os conceitos de ‘pátria’, ‘cidadania’, ‘progresso’ e ‘civilização’.

Neste trabalho Albuquerque utiliza dois conceitos que são pertinentes para nosso estudo, a saber, os de *elite local* e *elite intelectual*. O primeiro termo se designa àqueles que detinham o prestígio político e financeiro no espaço baiano, usando este poder para promover as reformas

urbanas e dar uma 'boa imagem' de Salvador para os europeus. O segundo termo, por sua vez, destina-se aos letrados (professores, médicos, engenheiros, juristas, jornalistas, comerciantes...) que acreditavam que a reforma não deveria ser centrada no aspecto físico, mas também moral, voltado à educação do povo. A fonte jornalística utilizada pela autora ratifica a existência de um discurso elitista e modernizante. Observaremos nos jornais a existência deste discurso e suas especificidades na região de Feira de Santana, tendo em vista o seu caráter agrário e comercial. Essas idéias nortearão a nossa pesquisa com o propósito de investigar se a elite local teve êxito em seus projetos modernizantes e como se inseriu a estrutura Republicana numa sociedade em que permaneceram costumes do Período Imperial.

A respeito da *elite intelectual e local*, poderíamos destacar o jurista, escritor e poeta Eurico Alves Boaventura, nascido e criado em Feira de Santana até a sua juventude. Ele escreveu um importante livro de memória, intitulado *Fidalgos e Vaqueiros*, com sua escrita iniciada em 1952, concluída em 1963 e editado em 1989. Sua obra servirá essencialmente como fonte impressa para o nosso estudo por se tratar do período escolhido para análise do presente projeto. Pois, tendo o autor nascido em 27 de junho de 1909, entendemos que ele é contemporâneo ao período de análise proposto neste projeto. Desta forma, suas idéias contribuirão para a análise de aspectos feirenses de um grupo elitista.

Eurico Alves afirma que não tem pretensão de fazer um estudo teórico sobre o sertão da Bahia e sim de expor o seu testemunho de vida, desta forma o seu registro sobre o cotidiano da *elite local* denominada por ele de fidalgos será observada segundo a ótica deste autor que dizia estar o vaqueiro lado à lado na hierarquia com os senhores de engenho, possuindo ambos "o título igualmente aristocratizante". (BOAVENTURA, 1989, p. 20 ).

Um outro conceito que julgamos útil para o presente estudo é o de *autonomia relativa*, exercida por aqueles que, na condição de libertos, negociavam com seus patrões para penetrar no meio social. Tais pessoas perseguiam objetivos próprios de ascensão, mas por outro lado se aproveitavam desta oportunidade para valorizar a sua cultura afro-descendente. Essa *autonomia relativa*, vigiada pela elite local, pode ser entendida à luz do conceito de *ideologia senhorial*, discutido por Sidney Chalhoub ao se referir àqueles que tinham poder no período escravista no Brasil, no qual prevalecia a relação de dominação/ subordinação. Contudo havia entre estes subordinados (ou se preferir dependentes, subalternos) uma autonomia relativa, ou seja,

*territórios sociais mais ambíguos, indeterminados, nos quais práticas políticas outras que não a aparente submissão ou o antagonismo aberto estavam instituídos e eram constantemente acionados. Eram os territórios do diálogo das trocas cotidianas diretas entre senhores e escravos, senhores e dependentes. Tratava-se esses, certamente, de territórios mapeados pelos senhores, pois os significados sociais gerais reconhecidos pelos sujeitos eram os atinentes à política da dominação senhorial ( CHALHOUB, 2003, p. 61 )*

Jéferson Bacelar, em artigo intitulado *Livres Negros, Negros Livres*, analisa o negro liberto no Período Republicano. O autor afirma que após a festividade de 13 de maio de 1888, o Presidente da Província já convocava uma reunião para a criação da sociedade "Treze de Maio" com o propósito de criar uma escola para formar 'homens de bons costumes' e proporcionar-lhes trabalho e ocupação. Esta era uma forma de atribuir meios que os apartassem da vagabundagem, tão assustadora para o Estado. Assim,

*o escravo tornou-se livre, porém o caráter tradicional da dominação se manteve, sendo consagrada a subordinação política, sob o primado da sujeição pessoal e com o apoio do Estado para o exercício da coação ou da violência.*

*Desapareceu o escravo, porém, as bases oriundas do passado, pautadas na lealdade e sujeição eram mantidas. ( BACELAR, 2001.,p. 83 ).*

A representação do liberto como ‘vagabundo’, ‘mendigo’, ‘ocioso’, ‘moleque’ e ‘vadio’ é próprio da sociedade baiana do século XIX. Walter Fraga, que estudou este tema, aponta que muitos desses ‘vadios’ eram na realidade homens, mulheres e até crianças, em sua maioria de cor preta, marginalizados pela sociedade.

A maioria dos ‘homens livres’ considerava melhor se submeterem à condição de mendigos do que empregar sua força de trabalho numa atividade que lhe assemelhasse à situação de escravo. Por outro lado, a elite entendia tais comportamentos como ‘preguiçosos’ e ‘vadios’.

O termo vadio se referia ao indivíduo de última escala hierárquica social na Bahia, sendo um termo comum no vocabulário da população e essencialmente dos representantes da elite, que legitimavam o uso do termo no Código Penal de 1830, ao definir o liberto como ‘vadio’ e ‘ocioso’. Procuraremos verificar, à luz dos ideais de Walter Fraga, se o liberto era conceituado pela elite intelectual nos jornais de Feira de Santana como ‘vadio’, e quais as medidas repressoras tomadas por esta elite para reprimir essa resistência do liberto ao trabalho equiparado à condição de escravo. Como os libertos se comportaram com relação ao trabalho após 1888 em Feira de Santana? Tornaram-se mendigos, buscaram a capacitação para se inserir no mercado de trabalho ou ainda se submeteram aos trabalhos nas roças? De que forma a elite reagiu diante do comportamento desses libertos?

Esta cidade teve a oportunidade de crescer economicamente no percurso de sua história através da produção do algodão. Já na metade do século XIX, ela utilizou muito o trabalho escravo ao lado dos trabalhadores livres, além do fumo, mandioca, milho e feijão. Deste modo, um produto tornou-se mais preponderante em relação ao outro de acordo com o local no qual estava inserido e por causa do tipo da mão-de-obra que se utilizava. O fumo e o cuidado com o gado, por exemplo, foram produções que pouco exploraram a mão-de-obra escrava. O primeiro porque “(...) *era uma produção muito cara e aproveitava um número insignificante de escravos, era tipicamente, uma atividade de pequenos lavradores livres*”<sup>3</sup>. Tentaremos entender aqui a forma de trabalho que predominou no cotidiano da população recém - liberta em Feira de Santana, já que de alguma forma eles tinham que sobreviver.

Por outro lado, Roberto Da Matta, no texto *Digressão: a fábula das três raças*, pretende fazer uma análise sociológica da questão racial brasileira e das teorias que foram adotadas no final do século XIX, bem como as que produziram até hoje e das quais tiveram destaque as teorias deterministas, no estudo do cenário social brasileiro. Segundo o autor, destacam-se neste aspecto, o racismo, as teorias positivistas, o marxismo vulgar, econômico, e das forças produtivas.

A importância da fábula das três raças, por sua vez, está justamente no fato de permitir estabelecer relações entre o popular e o erudito: fornecendo as bases de um projeto político e social para o Brasil, que ao mesmo tempo em que concebe uma sociedade altamente hierarquizada, possibilita a visualização da sociedade como algo singular.

Com a independência do Brasil, foi necessária a conformação de uma elite nacional e local por causa da necessidade de criação de ideologias próprias e mecanismos que justificassem de forma racional, as diferenças internas do País. O contexto histórico das doutrinas raciais brasileiras é o período que antecede a Proclamação da República e a Abolição da Escravidão, quando se abalam as hierarquias sociais.

---

<sup>3</sup> MOREIRA, Viscente. Cem anos de Abolição em Feira de Santana. In: **A Escravidão em Feira**. 1988 UEFS/Casa do Sertão/ Arquivo. (S/N).

A partir desta análise, observamos que a prática social do liberto em Feira de Santana é tendente a ser um reflexo da ideologia presente na época em que a República, se apresenta em benefício de alguns. Isto impossibilitou que os recém-libertos possuísem o poder de serem senhores de sua própria força de trabalho, mesmo após a abolição.

Lília Schwarcz, em seu livro *O espetáculo das raças*, tem o objetivo de compreender a questão racial no Brasil no século XIX, por meio dos discursos dos “Homens de Ciência” que eram diretamente ligados às elites locais - e impregnados do pensamento determinista do Darwinismo social. Tenta compreender a mistura das raças no Brasil em que se destacam o negro, o branco, o índio e a relação destas no período que vai de 1888 a 1930. A autora afirma que, nesse período, a Antropologia tinha o objetivo de estudar os criminosos. Para os pesquisadores dessa área “(...) o fenótipo, passava a ser entendido portanto, como o espelho da alma, no qual se refletem virtudes e vícios”. (SHUARCZ, 1993, p. 116).

Mas, qual era o caráter do criminoso? O mestiço, pois para eles, se continuasse a crescer esta raça no Brasil, a quantidade de crimes e violência iria crescer também, porque “mestiçagem” era sinônimo de criminalidade para muitos teóricos da época como Silvio Romero. Desta forma, a discriminação racial era justificada cientificamente. Provavelmente os jornais feirenses abordaram este perfil, de identificar no negro e no mestiço o perfil criminoso, pois estes eram agora os libertos, porém marginalizados socialmente.

## CONCLUSÃO

Devido às transformações sociais ocorridas no final do século XIX, acirrou-se o embate entre brancos e negros, que teoricamente passaram a ocupar o mesmo espaço. Com a saída dos negros da senzala, estes precisavam encontrar maneiras de se sustentar e como nem todos os ex-escravos encontravam meios de suprir suas necessidades, a solução para alguns foi o ‘mundo da criminalidade’.

Outra autora que faz um bom uso das fontes testamentais é Maria Inês Côrtes de Oliveira. Em seu livro *O liberto. Seu mundo e os outros*, ela trabalha a noção de liberdade entre a realidade escrava e o liberto. Neste contexto, ela reflete o momento de crise e mudança, além da inserção destes ex-escravos na relação social, da qual se insere a família, bem como seu pensar sobre a morte.

Por fim, uma questão à qual precisamos dar resposta é o motivo pelo qual a Câmara Municipal de Feira não ter recebido no mês de maio o decreto oficial do Presidente da Província que ordenava a abolição da escravidão, vindo tê-la apenas em 7 de julho de 1888. Que tipo de discurso foi feito pela elite dominante diante da iminência da perda da mão-de-obra escrava? Seria apenas demora da burocracia ou se tratava de uma forma de retardar a abolição na região?

## FONTES

### 1. Jornais

Feira Hoje -18.12.1988 *Notícias sobre a abolição dos escravos*. – UEFS - Casa do Sertão.

Feira Hoje - Arquivo Público Municipal de Salvador

Gazeta da Bahia - UEFS- Casa do Sertão e Arquivo Público Municipal de Salvador.

OBS. Tanto o Jornal Feira Hoje como a Gazeta da Bahia podem ser encontradas na Casa do Sertão, mas não estão disponíveis para manuseio.

Folha do Norte 1910 - UEFS- Casa do Sertão.  
Correio de Notícias 1892-1896 – Instituto Histórico e Geográfico da Bahia  
Diário da Bahia 1956-1957– Instituto Histórico e Geográfico da Bahia  
Diário de Notícias 1875-1980– Instituto Histórico e Geográfico da Bahia  
A Bahia 1896-1913 – Instituto Histórico e Geográfico da Bahia  
Jornal de Notícias 1880 -1918 – Instituto Histórico e Geográfico da Bahia  
Resumo da História de Feira de Santana - Arquivo Público Municipal.

## 2. Manuscritos

MOREIRA, Vicente. 7 de Junho de 1988 Cem anos de abolição em Feira de Santana. UEFS - Casa do Sertão - Arquivo. Pasta Escravidão ( Feira ).  
Certidões de nascimento - UEFS - Casa do Sertão.  
Cartas de alforria 1882 e 1887 - UEFS - Casa do Sertão.  
Livros de Atas da Câmara e de ofícios recebidos - Arquivo Público Municipal de Cachoeira no período de 1871-1890.  
Livros de Atas de 1888 - Arquivo Municipal de Feira de Santana.  
Documentos Judiciais - Centro de Documentação da UEFS-CEDOC do séc. XVIII.  
Documentos Judiciais - Arquivo Municipal de Cachoeira.  
Documentos Judiciais - Fórum Filinto Bastos em Feira de Santana.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Civismo Festivo na Bahia: Comemorações Públicas do Dois de Julho (1889-1923)**. Salvador: UFBA, 1997 (Dissertação de Mestrado).
- BACELAR, Jéferson. e CARDOSO, Carlos. **Faces da Tradição afro-brasileira: Religiosidade, Sincretismo, Reafricanização, Práticas Terapêuticas, Etnobotânica e comida**. Salvador: CEAO. 1997.
- BOAVENTURA, Alberto Alves. **Poetas Feirenses**. Feira de Santana: UEFS.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e Vaqueiros**. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA. 1989.
- BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1995.
- CHALLHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Comp. das Letras. 2003.
- DA MATTA, Roberto. Digressão: a fabula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Relativizando uma introdução à Antropologia Social**. Sede Rio de Janeiro: Rocco, 1997. P.58-85.



ECO, Umberto. **Estrutura Ausente: Introdução à pesquisa semiológica** ; Tradução Perola de Carvalho. SP: Perspectiva, 2005.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos Moleques e Vadios na Bahia do século XIX.** Salvador: HUCITEC-EDUFBA. 1996

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1997.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala; Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 31 ed., Rio de Janeiro: Records, 1996.

GALVÃO, Monsenhor Renato de Andrade. **Os Povoadores da Região de Feira de Santana.** SITIENTIBUS: Feira de Santana. (25 – 31) Jul./ Dez. 1982. 1ª ed.

LIMA, Zélia Jesus de Lima \_ Lucas Evangelista. **O Lucas da Feira. Estudo Sobre a Rebelião Escrava em Feira de Santana. 1807 – 1849.** Salvador\_ UFBA, 1990. (Dissertação de Mestrado)

MARTINS, José de Sousa. **O cativoiro da Terra.** São Paulo: HUTEK, 1986.

MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio.** Coleção História do Brasil: Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil. Sec. XIX. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. Queirós. **Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no Séc. XIX.** São Paulo: HUCI-TEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MATTOSO, Kátia M. **Ser escravo no Brasil.** \_ São Paulo Brasiliense, 1998.

MORAIS, Ana Angélica Verne de. **Aloísio Resende: Poemas com ensaios críticos e dossiês.** Etal ( orgs.) Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja: Das Sesmarias ao Minifúndio (um estudo de história regional e colonial ).** EDUFBA, UEFS, 1998.

OLIVEIRA, Cloves Frederico. **De Empório à Princesa do Sertão: Projetos Lizatórios em Feira de Santana( 1893 – 1937).** Salvador: UFBA. 2000. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O Liberto: seu mundo os outros.** Salvador 1790/1890 – São Paulo: Corrupio; Brasília D. F. CNPq. 1998(Baianada; V7)

PACHECO, Celeste. **Histórico de Feira ( Dissertação de Mestrado )**

POPPINO, Rollie. E. **Feira de Santana.** Bahia: Itapuã 1968. (Coleção Baianada).

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835.** Ed. Revistada e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. **Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre negros no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1888.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** - São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lílian. **O Espetáculo das Raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil 1870 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.